

Demonstrações Financeiras

Barra Grande Participações S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Barra Grande Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto8

Notas explicativas às demonstrações financeiras9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Barra Grande Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barra Grande Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia a, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cezar Augusto Ansoain de Freitas', written over a horizontal line.

Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC SP-246234/O

Barra Grande Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.215	20.496	Fornecedores		53	58
Dividendos a receber	6	-	2.430	Dividendos a pagar	6	7.178	36.874
Impostos a recuperar		480	454	Impostos a recolher		1.149	1.127
Partes relacionadas	6	26.438	39.162	Partes relacionadas	6	862	948
Total do ativo circulante		33.133	62.542	Total do passivo circulante		9.242	39.007
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos:				Capital social	7	47.629	47.629
Em operações controladas em conjunto	5	38.817	42.839	Reserva de lucros		15.079	18.745
Total do ativo não circulante		38.817	42.839	Total do patrimônio líquido		62.708	66.374
Total do ativo		71.950	105.381	Total do passivo e patrimônio líquido		71.950	105.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida	8	72.340	69.392
Custos das vendas	9	(20.366)	(20.941)
Lucro bruto		51.974	48.451
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	9	(140)	(206)
Equivalência patrimonial	5	(4.022)	(1.117)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		47.812	47.128
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.609	1.846
Despesas financeiras		(38)	(35)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.383	48.939
Imposto de renda e contribuição social	10	(3.210)	(2.846)
Lucro líquido do exercício		47.173	46.093
Resultado por ação	11		
Básico/diluído por ação ON - R\$		0,0459	0,1795
Básico/diluído por ação PN - R\$		3,5063	2,8851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	47.173	46.093
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	47.173	46.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Patrimônio líquido			
		Capital social	Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.629	9.526	6.662	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.093
Destinação:					
Dividendos distribuídos	7	-	-	(6.662)	(36.874)
Dividendos adicionais propostos	7	-	-	9.219	(9.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.629	9.526	9.219	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.173
Destinação:					
Dividendos distribuídos	7	-	-	(9.219)	(41.620)
Dividendos adicionais propostos	7	-	-	5.553	(5.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		47.629	9.526	5.553	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		50.383	48.939
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	5	4.022	1.117
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(27)	296
Partes relacionadas		12.724	(19.165)
Redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5)	(15)
Impostos e obrigações a pagar		(371)	(208)
Partes relacionadas		(86)	(1.208)
		66.640	29.756
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.816)	(2.409)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		63.824	27.347
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos	6	2.430	2.070
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		2.430	2.070
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	7	(80.535)	(12.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(80.535)	(12.385)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(14.281)	17.032
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.496	3.464
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.215	20.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Barra Grande Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de abril de 2015, e está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, sendo sua controladora a InterCement Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (“ICB”).

Atualmente, a principal atividade da Companhia é a participação de 9% na operada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. (adiante referida como “BAESA”), que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão de 40 anos a partir de maio de 2001 (já considerada extensão da concessão em 2021 em função da Repactuação do risco hidrológico), quando o contrato de concessão foi assinado.

A energia elétrica gerada pela BAESA, na proporção da participação da Companhia, é adquirida e vendida em sua totalidade à sua controladora ICB, de acordo com preços e termos previamente estabelecidos nos contratos assinados entre as partes.

A continuidade operacional da Companhia está condicionada à manutenção da estrutura operacional hoje existente, e dos contratos assinados para compra e venda de energia entre as partes relacionadas. Em eventual descumprimento contratual pela ICB, a Companhia está autorizada a comercializar a energia recebida do Consórcio gerador diretamente no mercado regulado.

Pedido de Recuperação Judicial da Controladora

Em 03 de dezembro de 2024, a controladora ICB solicitou o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, conjuntamente com outras subsidiárias do grupo Mover, junto ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, cujo deferimento ocorreu no dia 05 de dezembro de 2024 e tem por objetivo garantir a estabilidade às sociedades requerentes, preservando sua capacidade de gerar valor para clientes, empregados, fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

Em 10 de fevereiro de 2025, a ICB apresentou o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) no âmbito do processo de Recuperação Judicial do grupo econômico, autuado sob o nº 1192002-34.2024.8.26.0100, nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/2005. O Plano estabelece os termos e condições propostos para viabilizar a superação da atual situação econômico-financeira do Grupo, garantindo a continuidade de suas atividades.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo assim, diante dos esforços empreendidos pelo Grupo para manutenção do desempenho, retomada do crescimento de suas atividades e reestruturação das dívidas existentes, associado também à natureza operacional das transações entre a Companhia e a ICB, assim como ao fato de que, conforme anteriormente mencionado, a Companhia está também autorizada a comercializar a energia recebida do Consórcio gerador diretamente no mercado regulado, mantém-se o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, uma vez que mesmo no contexto da recuperação judicial de sua controladora, não foram identificados neste momento potenciais riscos que possam comprometer sua habilidade de continuar operando pelos próximos doze meses e futuro previsível de tempo.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Consolidação

A Companhia optou por não elaborar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme exceção permitida no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador (ICB) não tem objeção e publica as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC; e (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4. Investimentos em operadas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das operadas em conjunto para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia.

2.5. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.6. Direito de concessão - Uso do Bem Público ("UBP")

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 40 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001, tendo o prazo da concessão sido estendido em 1.757 dias em 2021, em função da repactuação do risco hidrológico, cujos os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga foram assinados de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

O contrato de concessão da BAESA também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, não havendo obrigações adicionais à Barra Grande Participações S.A.

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

2.8. Tributação

No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de energia elétrica. O imposto de renda e a contribuição sobre as receitas financeiras são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10%, quando aplicável) e de 9%, respectivamente.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros, ou a venda de ativos financeiros.

c) *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadre nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado.

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

b) *Valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

Contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Perda por redução ao valor recuperável ("impairment")

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

2.11. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Normas	Data de início
Alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e à IFRS 7 (CPC 40 (R1)) – Acordos de financiamento de fornecedores.	01 de janeiro de 2024

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 em função da Companhia não apresentar saldos de obrigações por confirming em aberto no referido exercício.

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de início
- Alterações à IAS 21 (CPC 02 (R2)) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; - Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1)) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; - Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R3)) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto (método de equivalência patrimonial); - Alterações à IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; - Alterações à IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações.	01 de janeiro de 2025

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Uso de estimativas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	6.215	56
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (a)	-	16.629
Operações compromissadas (b)	-	3.811
Total	6.215	20.496

(a) Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações renderam entre 100% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2024 não havia operações desta natureza, tendo os saldos sido resgatados no exercício.

(b) Em 31 de dezembro de 2023, as operações compromissadas possuem rentabilidade de 85% do CDI. Em 31 de dezembro de 2024 não havia operações desta natureza, tendo os saldos sido resgatados no exercício.

5. Investimentos

	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos
	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Operações em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854.290	431.295	(15.250)	(4.022)	38.817

	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos
	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Operações em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854.290	475.986	(12.410)	(1.117)	42.839

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	47.916
Equivalência patrimonial	(1.117)
Dividendos distribuídos	(3.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.839
Equivalência patrimonial (a)	(4.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.817

- (a) Em dezembro de 2024, a operada em conjunto BAESA refez a apuração das despesas financeiras, recalculando a correção monetária referente ao passivo de Uso do Bem Público (UBP), correspondente aos anos de 2020 a 2023. A principal diferença entre a apuração inicial e o recálculo está na atualização a valor presente que passou a ser considerada indedutível para fins de imposto de renda e contribuição social na apuração atualizada. O montante de R\$2.649 foi registrado nos saldos contábeis da Companhia (calculado com base na participação proporcional de 9%) como resultado de equivalência patrimonial, o que gerou um impacto de redução nos investimentos e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a compra e venda de energia elétrica e serviços, dividendos a receber, como segue:

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Contas a receber (a)	Dividendos a receber	Fornecedores (a)	Dividendos a pagar
Operação controlada em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	862	-
Controladora: InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial	26.438	-	-	-
Acionista: Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	7.178
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.438	-	862	7.178
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.162	2.430	948	36.874

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	Vendas	Custo/ despesas
Operada em conjunto:		
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	(20.363)
Controladora:		
InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial (a)	75.081	-
Total em 2024	75.081	(20.363)
Total em 2023	72.019	(21.061)

(a) Refere-se à compra e venda de energia elétrica (e saldo a pagar), conforme preços e demais termos definidos em contrato junto à BAESA. A receita da Companhia (e valores a receber) é realizada substancialmente com sua controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial.

7. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$47.629, representado por 64.129.456 ações nominativas, sendo 51.348.455 ações ordinárias e 12.781.001 ações preferenciais.

Ações preferenciais

As ações preferenciais da Companhia possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício;
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos;
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias. Esses eventuais impactos no caso de desinvestimento por parte dos preferencialistas são de responsabilidade da sua controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial, portanto, não são registrados nessas demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Dividendos

Em dezembro de 2024, os acionistas detentores das ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido apurado em cada exercício social, aplicável a partir de 01 de julho de 2024, conforme o aditamento do acordo de acionistas datado em 17 de julho de 2024. Até junho de 2024, o percentual vigente era de 80% do lucro líquido, em conformidade com o Estatuto da Companhia em vigor na ocasião, antes do reconhecimento da reserva legal.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	47.173	46.093
Ajustes de exercícios anteriores		
Constituição de reserva legal - 5% (a)	-	-
Total	47.173	46.093
Dividendos mínimos obrigatórios (b)	41.620	36.874
Proposta da Administração: Dividendos propostos (b)	47.173	46.093

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram constituídas reservas legais, pois foi atingido o limite de 20% do capital social, conforme previsto pela lei mencionada anteriormente.
- (b) Em 2024, do montante total de dividendos atribuídos, R\$41.620 foi aprovado para distribuição, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, e R\$5.553 foi proposto a título de dividendos adicionais, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2025. Por esse motivo o saldo proposto foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, sem a transferência para reserva de retenção de lucros.

Em 2023, do montante total de dividendos atribuídos, R\$36.874 foi aprovado para distribuição, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, e R\$9.219 foi proposto a título de dividendos adicionais, na data base de 31 de dezembro de 2023, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Por esse motivo o saldo proposto foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, sem a transferência para reserva de retenção de lucros. Referido montante foi pago durante o exercício de 2024.

Em 2024 foram pagos dividendos no montante de R\$80.535, sendo R\$34.442 a título de dividendos intercalares correspondentes ao resultado do período de 01 de janeiro de 2024 a 30 de setembro de 2024 (R\$4.899 foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$29.543 pagos aos acionistas detentores de ações preferenciais, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2024) e, R\$46.093 relacionados ao exercício de 2023.

Em 2023 foram pagos dividendos no montante de R\$12.385 relacionados ao exercício de 2022 (R\$2.477 pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$9.908 pagos aos acionistas detentores de ações preferenciais, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023).

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Receita líquida

	2024	2023
Venda de produtos (a)	75.081	72.021
Impostos sobre vendas (b)	(2.741)	(2.629)
Total	72.340	69.392

(a) A Companhia obteve aprovação para comercialização de energia elétrica, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em maio de 2016. Portanto, a partir desta data, passou a comercializar energia elétrica à controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial (Nota 6), de acordo com os termos estabelecidos em contrato.

(b) Os impostos sobre vendas são compostos por PIS e COFINS.

9. Natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Custos com compra de eletricidade (a)	(20.366)	(20.941)
Serviços de terceiros	(60)	(99)
Outras despesas	(80)	(107)
Total	(20.506)	(21.147)
Custo das vendas	(20.366)	(20.941)
Despesas gerais e administrativas	(140)	(206)
Total	(20.506)	(21.147)

(a) Refere-se à compra de energia elétrica da operada em conjunto BAESA, nos termos estabelecidos em contrato, conforme Nota 6.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	75.081	75.081	72.021	72.021
Percentual do lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	6.006	9.010	5.762	8.643
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	1.502	811	1.440	779
Receita financeira (*)	2.708	2.708	1.916	1.916
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	677	244	479	172
10% adicional de imposto de renda	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	2.155	1.055	1.895	951

(*) Refere-se ao valor de receita financeira bruta, antes dos impostos aplicáveis (PIS/COFINS), sendo que o valor líquido das receitas financeiras é de R\$2.609 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.846 em 31 de dezembro de 2023).

11. Resultado por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Ações	31/12/2024		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	2.359	44.814	47.173
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Quantidade de ações no final do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Média ponderada de ações	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,0459	3,5063	0,7356

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ações	31/12/2023		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	9.219	36.874	46.093
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Quantidade de ações no final do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Média ponderada de ações	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,1795	2,8851	0,7187

12. Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Categorias de instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e Bancos – Nota 4	6.215	56
Valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (nível 2) - Nota 4	-	20.440
Custo amortizado:		
Partes relacionadas e dividendos a receber (nível 2) - Nota 6	26.438	41.592
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores (nível 2)	53	58
Dividendos a pagar (nível 2) - Nota 6	7.178	36.874
Partes relacionadas (nível 2) - Nota 6	862	948

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O instrumento financeiro sujeito a variações do CDI da Companhia refere-se às aplicações financeiras, entretanto não há montantes desta natureza em aberto no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e, portanto, a análise de sensibilidade aqui descrita não é aplicável.

13. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 15 de abril de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.